

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Universo infanto-juvenil: a historicidade da história da infância no Brasil

Ivonete Pereira¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo trazer algumas reflexões acerca da historicidade da história infanto-juvenil no Brasil. Apresentamos como ponto de partida a concepção de que as duas principais vertentes de pesquisa deram origem à História da infância e juventude no Brasil, foram os estudos realizados por pesquisadores ligados ao CEDHAL- USP, composto basicamente por historiadores e as pesquisas feitas através do antigo CESPI-USU/RJ, que aglutinava pesquisadores das áreas de Ciências Sociais e das Ciências humanas. Partindo desta perspectiva apresentamos algumas reflexões sobre as diferentes abordagens do universo infanto-juvenil no Brasil, feitas pelos pesquisadores de ambos os Centros, bem como suas contribuições à criação de um novo campo de pesquisa histórica no Brasil: A história da infância e da juventude.

Palavras chaves: Crianças/adolescentes, história, multidisciplinariedade

Abstract: This work has the objective of reflecting about the historicity of the children and youth history in Brazil. It is presented, as a starting point, the conception that two main research tendencies had originated the History of infancy and youth in Brazil, they were the studies made by researchers related to the CEDHAL- USP, mainly composed by historians and the researches made by the old CESPI-USU/RJ, that brought together researchers from the Social Sciences and Human Sciences areas. Taking these aspects as a base it is showed some reflections about the different approaches of the juvenile universe in Brazil, made by the researchers of both Centers, as well as its contributions to the creation of a new historical research field in Brazil: The history of infancy and youth.

Key words: Children/adolescence, history, multidisciplinary

A história da infância no Brasil ainda é jovem. Fora do corolário das pesquisas acadêmicas realizadas no país, a infância não se constituía como tema privilegiado do interesse de estudiosos, mesmo dos que se dedicavam a analisar temas que incluíssem sujeitos e objetos que, até pouco tempo, eram completamente alijados de qualquer análise ou debate².

Na década de 1980, na esteira das mudanças de perspectiva dos objetos de estudos das áreas das ciências sociais e humanas ocorridas em vários países da Europa e América do Norte e de fatos acontecidos no contexto internacional, como a indicação, em 1978, do Ano Internacional da Criança, e, mesmo no contexto brasileiro, como, por exemplo,

¹ Doutora em História, professora do Colegiado de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste.

² O recorte por nós realizado neste trabalho, prioriza a historicidade da História da Infância apenas no Brasil, haja vista que em outros países, principalmente nos europeus, a população infanto-juvenil, no mínimo há uma década e meia, já vinha sendo objeto estudos, quando tais pesquisas tiveram início no Brasil.

a revisão do Código de Menores em 1979, a Academia lançou seu olhar sobre a infância e pesquisadores passaram a privilegiar crianças e adolescentes como tema central de seus estudos.

Como parte integrante da chamada “Nova História”, o tema sobre a infância no Brasil deslanchou a partir do que consideramos como três núcleos básicos de estudos. O Núcleo de Estudos Avançados em História Social da Infância – cujas atividades, desde seu início, estiveram associadas ao Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Histórica do Instituto Franciscano de Antropologia, da Universidade São Francisco/São Paulo (DAPH), é considerado por nós como primeira das bases da História da Infância no Brasil. O Núcleo, buscando contemplar diferentes perspectivas, sob diversas óticas, aglutinou renomados pesquisadores que fizeram da infância seu objeto central de estudo.

Na primeira coletânea das pesquisas editada pelo Núcleo, o volume recebeu o título de “História Social da Infância no Brasil” e foi publicado pela Editora Cortez/USF-IFAN, em 1997, organizado pelo então coordenador do Núcleo, Marcos Cezar de Freitas. A obra apresenta uma variada gama de análises a partir de diferentes fontes de pesquisas que têm por objetivo, “oferecer aos estudiosos da Infância no Brasil uma cartografia das representações sobre a criança, trazendo ao debate interlocutores de diversas matrizes investigativas.” (FREITAS, 1997:12)

Neste volume, pesquisadores de diferentes áreas de atuação, como a sociologia, história, antropologia, psicologia e educação, apresentam importantes análises sobre a situação de crianças e adolescentes em diferentes períodos da história do Brasil. Apenas para citar alguns nomes, Fúlvia Rosemberg, ao estudar o Projeto Casulo, a LBA e a Doutrina de Segurança Nacional do regime militar instalado em 1964, analisa a criação de políticas públicas destinadas à infância, marcadas por uma exacerbada conotação de controle e autoritarismo. Miriam Moreira Leite, através da memória dos relatos dos viajantes e de livros de memórias de homens e mulheres que eram crianças na época em questão, analisa as múltiplas imagens criadas sobre a infância brasileira no século XIX. Marta Maria Chagas de Carvalho, analisando discursos de higienistas e disciplinadores do final do século XIX e início do século XX, dá a dimensão dos referidos discursos na educação/escola, enquanto uma instituição organicamente disciplinar.

A Coletânea apresenta diferentes investigações e debates, alguns resultados de pesquisas mais amplas, como a contribuição dada por Maria Luiza Marcílio, que, ao analisar a história da assistência caritativa à infância abandonada entre o período de 1726-1950, dando ênfase à história da Roda dos Expostos, trouxe um recorte da pesquisa que, no ano seguinte,

1998, foi publicada pela Editora Hucitec com o título de “História Social da Criança Abandonada. (Marcílio, 1998).

Percorrendo arquivos e bibliotecas de diversos países, a autora lançou mão de uma inigualável série de documentos que lhe possibilitou analisar a trajetória do abandono de crianças desde a Antiguidade até o Brasil do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. No percurso de sua pesquisa, além do abandono, a autora apresenta também análises das políticas públicas de proteção e assistência a essa infância “desvalida”.

O trabalho de Marcílio faz parte do Projeto de Pesquisa que consideramos como o segundo núcleo de estudos sobre a infância no Brasil, ligado ao Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL), criado em 1984, na USP. Juntamente com a inauguração do Centro, foi iniciado pela então coordenadora, Maria Luiza Marcílio, o Projeto de Pesquisa Interdisciplinar com o título “A Família e a Criança na História Social da População Brasileira”. Neste, engajaram-se pesquisadores como Mary Del Priori, Fernando Torres Londoño, Renato Pinto Venâncio, Ana Silva Volpi Scott, Dario Scott, Maria de Fátima Rodrigues das Neves e Maria Lucia Mott, entre outros.

A inserção destes pesquisadores junto ao Projeto desenvolvido no CEDHAL resultou em importantes pesquisas, que originaram obras como a organizada por Mary Del Priori, “A História da Criança no Brasil”, a qual teve sua primeira edição publicada em 1991 pela Editora *Contexto*. Nesta, estão aglutinadas pesquisas como a de Esmeralda Blanco de Moura, que analisa, no contexto das primeiras décadas do século XX, em São Paulo, o mundo da criança pobre mesclado ao mundo adulto das fábricas, no qual está sujeita a todo tipo de trabalho, acidentes e abusos. Luiz Mott, ao refletir sobre a prática da pedofilia e da pederastia na época colonial brasileira, questiona (pré) conceitos e denuncia as violências sexuais contra crianças e adolescentes.

Através de inventários, testamentos e cartas de alforrias, Kátia de Queirós Mattoso analisa a partir de qual momento o filho de uma escrava deixava de ser criança e passava a ser visto como escravo e até que ponto a Lei do Ventre Livre contribuiu para que os filhos de escravas continuassem sendo crianças ao invés de se tornarem adultos, escravos ou não. Tendo como tema central o abandono de crianças negras na capital, Rio de Janeiro, Renato Pinto Venâncio e Lana Lage Lima demonstram que houve um aumento significativo de crianças pardas e negras “enjeitadas” e entregues à Santa Casa de Misericórdia, através da Roda dos Expostos, após a Lei do Ventre Livre.

Importantes contribuições à obra prestaram Edson Passeti e Fernando Londoño. O primeiro, focalizando o Brasil republicano, principalmente do pós-golpe militar de 1964,

discute a criação de instituições como a Funabem e Febens e de que forma essas instituições exerceram a função de vigilantes e controladores dos “menores” e, por extensão, aos membros de suas famílias. Fernando Londoño analisa os discursos do final do século XIX e início do XX, no Brasil, que descaracterizam o termo *menor* como uma designação de faixa etária, dando uma nova conotação a ele: denominação utilizada para referendar crianças e adolescentes pobres “delinqüentes” ou “em risco de ser”.

Na esteira desses trabalhos, tais pesquisadores ampliaram seus estudos. Como exemplo, Renato Pinto Venâncio que, em 1988, havia defendido a dissertação de mestrado em história pela USP, com o título “Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII”, na qual, através de registros de batismo de paróquias localizadas em zonas rurais e urbanas do Rio de Janeiro, analisou o abandono de crianças pobres na capital, bem como sua proveniência. Em 1999, o pesquisador publicou, pela editora Papirus, a obra “Famílias Abandonadas: assistência a crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador séculos XVIII e XIX”, uma adaptação de sua tese de doutorado defendida em 1993, na Universidade de Paris IV, Sorbonne. Nesta, o autor analisou as práticas assistenciais, leis e normas direcionadas à infância pobre nos séculos XVIII e XIX, no Rio de Janeiro e Salvador, privilegiando, em seus estudos, os motivos que levavam as famílias a recorrerem à Roda dos Expostos, bem como a representatividade desse ato perante as elites e autoridades públicas.

De acordo com Maria Luiza Marcílio, a documentação levantada pelo historiador foi extremamente importante para o enriquecimento do Banco de Dados para a História da Infância, disponível não apenas no CEDHAL-USP, mas também na Coordenação de Estudos e Pesquisa sobre a Infância CESPI-USU/RJ. Esta é por nós considerada o terceiro núcleo básico de fomentação e aglutinação de pesquisas que deram origem à história da infância no Brasil. Cabe ressaltar que a ordem da apresentação dos três núcleos foi feita de maneira aleatória, não sendo considerado o período de seu surgimento até porque são praticamente contemporâneos - nem o nível de importância, já que os consideramos pilares desse novo ramo da história no país.

Fundada em 1984, na Universidade Santa Úrsula/RJ, a Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CESPI), criou o Centro de Documentação da Infância (CDI), reunindo, organizando e disponibilizando uma infindável série de documentos, provenientes de diferentes arquivos com a finalidade de estimular e desenvolver pesquisas sobre a infância pobre no Brasil e em outros países da América Latina, com vistas à promoção de ações sociais junto a essa população infanto-juvenil. No intuito de registrar os muitos olhares – de

pesquisadores de diferentes áreas das Ciências Sociais e das Ciências Humana – sobre a infância brasileira, muitas obras tiveram como origem pesquisas realizadas através da CESPI/USU.³ Difícil para nós seria elencar e discorrer sobre todas, porém é impossível nos esquivarmos de citar algumas delas.

Publicado pela Editora universitária Santa Úrsula/AMAI, em 1997, o livro “O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil”, de Irene Rizzini, traz, à luz da discussão histórica, o significado social que ganhou a infância pobre na passagem do século XIX para o XX no Brasil. Analisando principalmente o debate travado entre médicos e juristas brasileiros da época, a autora mostra como as medidas de “proteção” à infância propostas pelos “reformadores sociais”, além de se basearem em princípios humanitários e científicos, coincidiam com o discurso e prática do novo regime que se instalava no país – o republicano.

Sob a organização de Irene Rizzini, a CESPI/USU já havia lançado, em 1993, pela Editora Universitária Santa Úrsula, com o apoio da organização não-governamental Amparo ao Menor Carente (Amenca), a obra “A Criança no Brasil Hoje: desafio para o terceiro milênio”. Nesta, estão nomes como o de Sérgio Adorno, que traça um paralelo entre a legislação européia e a brasileira em relação às crianças e adolescentes, a partir principalmente da década de 1970 e, ao analisar preferencialmente a legislação direcionada a jovens infratores, destaca que as “inovações” legislativas no Brasil estão descontextualizadas a partir do momento em que seguem as tendências internacionais. Ainda nesta obra, ao refletir em torno do grande número de crianças e adolescentes que vivem a maior parte de suas vidas em casas de famílias que não são as suas de origem, Cláudia Fonseca aponta a construção no Brasil de uma outra experiência familiar, que difere da lógica do modelo dominante de família.

Ao delimitar como período de suas análises os anos de 1923 a 1941, partindo da criação do Juízo de Menores à instituição do Serviço de Assistência aos Menores (SAM), Irma Rizzini analisa como os discursos jurídicos do período, ao darem distintas concepções aos termos crianças e menores, determinaram a discriminação e exclusão de crianças e adolescentes pobres que, sob a luz da ciência, passaram a ser o foco de suas práticas. Polêmico, o livro aglutina análises de autores que, além de mostrarem através da história recente do país, o estado em que se encontram crianças e adolescentes pobres, lançam

3 Infelizmente, até setembro de 2005, com a extinção do CESPI, o Centro de Documentação da Infância – CDI – estava desativado e a documentação que formava o rico acervo deste, encaixotada e guardada em uma sala pertencente a Biblioteca Central da Universidade Santa Úrsula, sem nenhuma condição de pesquisa. Por sorte, e boa vontade do funcionário da Biblioteca Central, Marcelo, pudemos vasculhar algumas caixas e encontrar material caro a nossa pesquisa.

desafios às autoridades públicas por meio de questionamentos e sugestões na busca de alternativas para a situação vigente no país.

Não poderíamos deixar de destacar ainda, como obra da CESPI/USU, o livro “Crianças Desvalidas, Indígenas e Negras da Colônia, do Império e da República”. Organizado por Irma Rizzini, foi lançado pela Editora Universitária Santa Úrsula, com o apoio da FINEP, em 2000, como sendo o 7º volume da *Série Banco de Dados*, lançada pela CESPI/USU. O artigo de abertura da obra versa sobre a atuação da Companhia de Jesus na catequização de crianças indígenas no Brasil.

Neste, Alessandra Martinez Shuler aborda as relações vivenciadas por colonizadores/jesuítas e colonizados/crianças indígenas enquanto relações importantes na formação da sociedade colonial. Tomando como foco de análise o pensamento e discursos de Nina Rodrigues e Arthur Ramos em relação às crianças negras e mestiças do final do século XIX e início do XX no Rio de Janeiro, Marta de Abreu, em tal livro, discute as imagens e preconceitos criados em torno do comportamento e da vida destas crianças. Ao fazer tais reflexões, a autora vai desconstruindo estereótipos como a associação entre cor e criminalidade, ainda tão presentes na sociedade brasileira de hoje. Maria Luiza Marcílio fecha a obra percorrendo sobre as fontes existentes para a tecedura da história da infância nos períodos coloniais e imperiais brasileiros. A autora chama a atenção ao fato de essas fontes, em quase sua totalidade, terem sido produzidas por homens membros da elite político-administrativa ou religiosa, o que não inviabiliza a reconstituição da história que até então foi negada.

Paralelo ao lançamento desse livro, a CESPI/USU e o Centro de Documentação da Infância, CDI, lançaram a segunda edição, ampliada e revisada, do cd-rom: “CD Base de Dados Bibliográficos: infância e adolescência no Brasil Colônia a República”. Este, além de reunir uma produção interdisciplinar resultado de várias pesquisas como livros, artigos de revistas, teses, dissertações, monografias, relatórios e anais de congressos, também apresenta documentos primários que retratam a infância, principalmente a partir do século XIX.

O “CD Base de Dados”, a partir do amplo levantamento feito e apresentado, possibilita, aos pesquisadores das mais diversas áreas, que privilegiam a infância como tema central de suas pesquisas, tomarem conhecimento da produção científica e da documentação sobre os assuntos existentes nas mais diferentes instituições do país.

A produção bibliográfica, mais especificamente a historiografia, acima apresentada, de maneira geral passou por significativas mudanças. Em um primeiro momento, percebemos que a história da infância por ela retratada se resumia à história das instituições

que agiam em torno da infância pobre. No bojo da discussão institucional surgiram os questionamentos em torno dos altos índices de abandono de crianças, bem como o destino dado a crescente demanda destes personagens. Assim, partindo da análise de instituições como Asilos e a Roda dos Expostos, a historiografia reconstituía a história das crianças das quais tais entidades se ocupavam.

Na perspectiva de analisar os meandros das intervenções das organizações filantrópicas principalmente na figura da Igreja e particulares na vida dessa infância pobre, essa historiografia começou a expandir seu foco de reflexão suas relações pessoais e quotidianas.

No segundo momento dessa pesquisa historiografia, já incorporando a figura do adolescente, os estudos se voltam, às relações familiares desta população infanto-juvenil, não apenas em suas relações pessoais, mas inserindo um novo viés de análise o do “mundo do trabalho”. Dentro do quadro de um sistema de produção emergente o capitalismo ganhou atenção a pauperização dos núcleos familiares das camadas populares e junto à inserção das crianças e adolescentes no mercado de trabalho formal paralelo ao informal. Nestas pesquisas, ganharam destaques os interiores das fábricas. A presença de crianças e adolescentes passou a ser analisada através das relações de poder, manifestadas via exploração, negligência acidentes e violência. No foco das reflexões, o cotidiano dessa população infanto-juvenil no “mundo do trabalho”, é retratado dentro da perspectiva da luta de classes, em que crianças e adolescentes eram parte integrante da classe pobre “dominada”.

Paralelo a essa abordagem, os historiadores passaram a dar destaque também a população infanto-juvenil “marginal” e marginalizada, tais estudos cresceram junto ao interesse pela legislação direcionada a esse grupo social. Crianças e adolescentes como “problema” que deveria ser solucionado por diferentes saberes principalmente o médico e jurídico através de políticas públicas diversificadas Código de Menores, Juízo de menores, Abrigos, Colônias agrícolas, Escolas Industriais, entre outras, passaram a ser as teses centrais dos estudos historiográficos.

Necessário salientar, em relação a essa historiografia, que apesar de várias obras trazerem em seus títulos “História da Infância no Brasil” ou algo semelhante, em sua grande parte, os estudos realizados são relativos ao eixo Rio - São Paulo, tornando-se generalizante, pois não dão conta das particularidades existentes nos diferentes contextos regionais, estaduais e municipais. Contudo, é inegável a contribuição dessas pesquisas, uma vez que servem de base, através do suporte empírico e teórico, para pesquisas historiografias locais, que não fazem parte do circuito Rio - São Paulo.

É bom lembrar também que na “História da Infância”, existe muito ainda para ser pesquisado em relação às crianças e adolescentes do Brasil, em seus diferentes períodos históricos; chamo a atenção, dentre muitas outras questões, para a educação, o universo lúdico, o lazer e práticas culturais, vivenciadas por eles. Não esquecendo que os filhos de famílias abastadas, igualmente aos filhos de famílias pobres, são crianças e adolescentes do Brasil, também sujeitos históricos, com direito a revelação de sua presença na história do país.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CD– CESPI/CDI– Base de Dados Bibliográficos: **infância e adolescência no Brasil** Colônia à República. 2ª ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. USU, 2000;
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997;
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998;
- PRIORI, Mary Del. **História da Criança no Brasil**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contexto, 1991;
- VENÂCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador- séculos XVIII e XIX**. Campinas, SP: Papirus, 1999;
- RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula / AMAIS, 1997;
- , Irene. **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula/AMENCA, 1993;
- RIZZINI, Irma. **Crianças desvalidas: indígenas e negras da Colônia, do Império e da República**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula/FINEP, 2000.